

ÍNDICE

	Págs.
PREFÁCIO.....	9
PLANO	13
 I — O DIREITO ECONÓMICO COMO O PRODUTO DAS MUTAÇÕES ECONÓMICAS: A FALÊNCIA DESTA CONCEPÇÃO	15
1. A justificação de uma escolha.....	15
2. O Direito da Economia ou Direito Económico <i>stricto sensu</i> : nova disciplina jurídica ou moda passageira?	18
2.1. O Direito Económico na doutrina alemã: dos primórdios à falência	24
2.1.1. WOLFGANG FIKENTSCHER: Do Wirtschaftsrecht a uma Teoria Social Unificada (com passagem pela law and economics).....	25
2.1.2. O <i>Wirtschaftsverwaltungsrecht</i> como uma parte especial do Direito Administrativo e o <i>Wirtschaftsrecht</i> para gestores.....	27
2.2. A Escola francesa de Direito Económico.....	29
3. A doutrina portuguesa: o Direito Económico como disciplina integrada no currículo da Faculdade de Direito de Lisboa e outras contribuições	32
3.1. SOUSA FRANCO: o manual fundador.....	32
3.2. SIMÕES PATRÍCIO	34
3.3. JORGE MIRANDA: uma perspectiva constitucional.....	35
3.4. CARLOS FERREIRA DE ALMEIDA: o direito da empresa	36
3.5. MENEZES CORDEIRO: repto e ausência de resposta.....	37
3.6. SOUSA FRANCO/OLIVEIRA MARTINS: a perspectiva da constituição económica.....	38
3.7. N. SÁ GOMES: efemeridade e construção jurídica.....	40
3.8. MANUEL AFONSO VAZ.....	42
3.9. LUIS S. CABRAL DE MONCADA.....	43
 4. O problema da normatividade do Direito Económico	43

150	<i>Direito Económico</i>	Págs.
5.	A divulgação do Direito junto de não-juristas: o Direito Económico como o Direito dos economistas e gestores.....	45
5.1.	O manual de ANTÓNIO CARLOS DOS SANTOS, M. EDUARDA GONÇALVES e M. MANUEL LEITÃO MARQUES.....	47
5.2.	PAZ FERREIRA.....	47
II —	IMPERIALISMO ECONÓMICO E METODOLOGIA JURÍDICA.....	53
6.	O regresso da Economia Política: Direito Económico, economia e discurso jurídico.....	53
6.1.	O ensino da economia nas faculdades de Direito: da história do pensamento económico à emergência da <i>Economics</i>	56
6.2.	<i>Law and economics</i> e Direito Económico.....	58
6.3.	Escolha pública (<i>public choice</i>) e Direito Económico.....	63
7.	O Direito Económico como o Direito da Regulação: os limites da mão invisível.....	64
7.1.	Disciplina do tráfico jurídico e limitação dos mecanismos de mercado.....	64
7.2.	O conceito de falha de mercado como pressuposto da regulação.....	72
7.3.	Das falhas de mercado às falhas de governo.....	74
7.4.	A definição de fronteiras para a intervenção pública: a regulação <i>de jure condendo</i>	75
7.5.	A deslegitimação da actividade reguladora: o conceito de captura de rendas.....	77
8.	A Economia Política dos Direitos Sociais.....	80
8.1.	A cláusula do possível, os direitos sociais e a regulação da economia.....	84
9.	A regulação do mercado de trabalho: Direitos sociais e consequências económicas das normas jurídicas.....	88
9.1.	As leis laborais como um limite à liberdade da empresa.....	90
9.2.	Da proibição da regulação ao enquadramento da relação laboral pelas convenções colectivas: os fundamentos económicos da hiper-regulação laboral.....	93
9.3.	Restrições à liberdade contratual e restrições ao direito de propriedade: o caso da <i>Mitbestimmung</i>	95
9.4.	Encargos privados, encargos públicos: da rigidez à <i>flexisecurity</i>	97
9.5.	Direitos laborais e a formação do capital humano.....	101

Índice	Págs.
9.6. A decisão constitucional acerca da regulação do mercado de trabalho: as condicionantes económicas	102
10. A regulação da propriedade imobiliária: a perspectiva europeia e a actual perspectiva constitucional norte-americana. A oposição entre direitos de propriedade e <i>regulatory taking</i>	104
10.1. As decisões de ordenamento territorial como uma forma de redistribuição de rendimentos.....	105
11. A regulação do mercado de capitais como paradigma da regulação económica	111
11.1. A cisão entre a propriedade e a gestão nas grandes sociedades como consequência da “revolução dos gestores”	112
11.2. <i>Other People's Money</i> e os problemas especiais de regulação da actividade bancária	114
11.3. Gestores/accionistas e teoria da agência.....	116
11.4. Gestores/accionistas e captura de rendas.....	119
11.5. Gestores/accionistas e risco moral.....	121
11.6. A Lei Sarbanes-Oxley: regras mais estritas sobre a governação das sociedades.....	123
11.7. A Lei Sarbanes-Oxley como uma derrota da auto-regulação: assimetrias informativas e a transparência obtida pela informação financeira.....	125
III — MÉTODOS E PROGRAMA DE UMA NOVA CADEIRA DE DIREITO ECONÓMICO	127
12. Exploração de fronteiras.....	127
13. O recurso ao <i>case study</i> no ensino do Direito Económico.....	129
14. Pensamento económico e pensamento jurídico: o fantasma da matemática	130
15. Um projecto de Programa para o Direito Económico	132
IV — BIBLIOGRAFIA.....	137
ÍNDICE	149